

Excelentíssima Ministra  
**Maria do Rosário Nunes**  
Secretaria de Direitos Humanos  
[direitoshumanos@sdh.gov.br](mailto:direitoshumanos@sdh.gov.br)  
[salete.camba@sedh.gov.br](mailto:salete.camba@sedh.gov.br)  
[gustavo.bernardes@sdh.gov.br](mailto:gustavo.bernardes@sdh.gov.br)  
[michelle.morais@sdh.gov.br](mailto:michelle.morais@sdh.gov.br)

Excelentíssima Embaixadora  
**Maria Nazareth Farani do Azevêdo**  
Missão Brasileira em Genebra  
[mission.brazil@delbrasgen.org](mailto:mission.brazil@delbrasgen.org)

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2012

**Ref. RPU/ONU – adoção das recomendações e processo de implementação nacional**

Excelentíssima Sras. Ministra e Embaixadora,

Cientes da segunda passagem do Brasil pela Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU as organizações que subscrevem essa carta solicitam ao governo que se posicione de forma firme frente a recomendações que não estejam em consonância com a gramática dos direitos humanos e que aceite aquelas indicações consistentes com as normas internacionais e as garantias previstas em nossa Constituição. Nesse sentido fazemos um apelo firme de que o governo brasileiro:

- Responda positivamente a recomendação feita pela França, Indonésia, Malásia, Portugal, Peru e Senegal no sentido que criação de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos estruturada segundo os Princípios de Paris.
- Especificamente em relação a violações que afetam mais diretamente as pessoas LGBT que seja reconhecida e implementada a recomendação da Finlândia de reforma da legislação nacional de modo assegurar o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.
- Que o Estado brasileiro responda de maneira efetiva à pergunta da Finlândia sobre que medidas adicionais são necessárias e que mudanças legislativas estão sendo iniciadas para combater os crimes de ódio homofóbicos, os quais no ano de 2012 já fizeram 183 vítimas fatais. Sugerimos que o governo assuma um compromisso voluntário de: 1) reformar a lei existente de modo a incluir a incitação e os atos homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos como agravantes desses crimes; 2) adotar medidas para prevenir, investigar e punir crimes de ódio homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos; 3) definir metas claras, de médio e longo prazo, no sentido de superar a impunidade que ainda persiste na resposta do estado frente a essas violações do direito à vida.
- Finalmente solicitamos que o Estado brasileiro rejeite a recomendação da Santa Sé que visa a proteção da *“família natural, formada por marido e mulher, como célula básica da sociedade, por que oferece melhores condições para o*

*desenvolvimento das crianças”, e também a recomendação da Namíbia, que recomendou ao Brasil “continuar com o programa de educação religiosa nas escolas públicas”.*

Atenciosamente,

**ASSINAM:**

Relatoria do Direito à Saúde Reprodutivo – Plataforma Dhesca Brasil

Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT

Blog Comer de Matula

Centro de Referência da Cidadania LGBT Hana Suzart – Nova Friburgo

CLAM – Centro Latino-americano de Sexualidade e Direitos Humanos

Coletivo de Lésbicas Feministas de São Paulo – CFL

Gadvs - Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual

Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT – GAI

Grupo de Pais e Mães de Homossexuais - GPH

Instituto Arco-Íris de Pesquisa em Direitos Humanos

Liga Brasileira de Lésbicas – LBL

Mães pela Igualdade

Observatório de Sexualidade e Política / Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – SPW/ABIA

Projeto Purpurina – SP

Rede Nacional de Negras e Negros LGBT - Rede Afro LGBT

Rede Nacional de Mulheres Negras

Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - Universidade Federal de Goiás

União Brasileira de Mulheres – UBM